



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO – 2019

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.127.776.524,84	1.054.035.478,19	PASSIVO CIRCULANTE	66.392.038,13	161.393.805,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	323.028.674,77	254.435.085,82	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	628.728,99	3.746.684,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	323.028.674,77	254.435.085,82	PESSOAL A PAGAR	473.280,43	843.351,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	323.028.674,77	254.435.085,82	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	473.280,43	843.351,23
CONTA ÚNICA RPPS	-	3.620.021,94	PESSOAL A PAGAR	133.831,81	503.902,61
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	37.601.244,03	15.302.143,56	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	339.448,62	339.448,62
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	285.427.430,74	235.512.920,32	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	155.448,56	2.903.333,55
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	18.701.111,53	6.089.673,53	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	155.447,36	71.627,55
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	5.316,53	5.316,53	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-	24.727,08
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	5.316,53	5.316,53	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	155.447,36	46.900,47
IMPOSTOS	5.316,53	5.316,53	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	1,20	2.831.706,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	182.345,00	182.345,00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	1,20	2.831.706,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	182.345,00	182.345,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.684.752,92	5.242.064,88
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	-	182.345,00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	683.931,89	607.907,55



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS COM RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	182.345,00	-	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	683.931,89	607.907,55
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	18.002.930,00	5.902.012,00	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	683.931,89	607.907,55
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	18.002.930,00	5.902.012,00	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	2.000.821,03	4.634.157,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	15.620.040,00	-	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO- INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	2.000.821,03	4.634.157,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	2.382.890,00	-	FINANCIAMENTOS INTERNOS	2.000.821,03	4.634.157,33
CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	-	5.902.012,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	22.049.763,05	136.899.800,61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	510.520,00	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	22.049.763,05	136.899.800,61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	510.520,00	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	22.049.763,05	136.899.800,61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	510.520,00	-	FORNECEDORES NACIONAIS	6.960.113,44	6.899.800,61
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	90.569.610,03	159.847.504,55	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	15.089.649,61	130.000.000,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	598.148,63	229.181,18	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	30.000,00	25.559,28
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	598.148,63	229.181,18	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	30.000,00	25.559,28
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	17.731,22	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	30.000,00	-
SUPRIMENTO DE FUNDOS	580.417,41	229.181,18	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	30.000,00	-
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	28.074,52	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTRA OFSS	-	25.559,28
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO- CONSOLIDAÇÃO	28.074,52	-	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	25.559,28
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO DECORRENTES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	28.074,52	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	40.998.793,17	15.479.695,89
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	54.958.167,33	124.637.716,03	VALORES RESTITUÍVEIS	40.904.540,32	15.479.695,89



DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	54.958.167,33	124.637.716,03	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	40.904.540,32	15.479.695,89
DEPÓSITOS ESPECIAIS	1.599.816,78	1.599.816,78	CONSIGNAÇÕES	8.125.786,57	8.739.085,10
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	53.358.350,55	123.037.899,25	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	32.778.753,75	6.740.610,79
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	-94.658,81	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	94.252,85	-
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-94.658,81	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	94.252,85	-
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	-94.658,81	-	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	14.602,85	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	35.179.878,36	34.980.607,34	CONVENIOS A PAGAR	79.650,00	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	35.179.878,36	34.980.607,34			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	35.179.878,36	34.980.607,34			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	676.045.932,47	618.884.834,26	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	813.534.915,44	1.028.914.729,44
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	683.201.701,18	624.198.084,64	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	54.577.065,18	53.827.771,06
TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS-CONSOLIDAÇÃO	683.201.701,18	624.198.084,64	PESSOAL A PAGAR	37.021.462,46	36.519.263,06
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	650.881.869,20	591.878.252,66	PESSOAL A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	37.021.462,46	36.519.263,06
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	32.319.831,98	32.319.831,98	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	37.021.462,46	36.519.263,06
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	-7.155.768,71	-5.313.250,38	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	17.555.602,72	17.308.508,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	-7.155.768,71	-5.313.250,38	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	17.555.602,72	17.308.508,00
(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-7.155.768,71	-5.313.250,38	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	17.168.485,85	17.168.485,85
ESTOQUES	19.428.196,04	14.778.380,03	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	312.269,72	-



ALMOXARIFADO	19.428.196,04	14.778.380,03	FGTS - DÉBITO PARCELADO	74.847,15	140.022,15
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	19.428.196,04	14.778.380,03	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	106.739.082,28	107.436.863,28
MATERIAL DE CONSUMO	16.637.084,16	12.917.320,60	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	1.483.393,96	2.181.174,96
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	9.805,24	49.393,88	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	1.483.393,96	2.181.174,96
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	36.210,55	27.198,78	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	1.483.393,96	2.181.174,96
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	2.615.514,81	1.687.254,60	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	105.255.688,32	105.255.688,32
MATERIAL DE EXPEDIENTE	94.382,41	72.862,90	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	105.255.688,32	105.255.688,32
MATERIAIS A CLASSIFICAR	35.198,87	24.349,27	FINANCIAMENTOS INTERNOS	105.255.688,32	105.255.688,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.000,00	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	296.384.768,06	293.836.941,24
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	3.000,00	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	296.384.768,06	293.836.941,24
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	3.000,00	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	296.384.768,06	293.836.941,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	396.674.325,29	356.882.562,58	FORNECEDORES NACIONAIS	2.447.060,06	3.390.578,97
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.576.215,09	37.893.885,63	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	293.937.708,00	290.446.362,27
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	38.060.952,91	33.285.525,62	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	378.739,03	385.466,76
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	37.523.888,22	32.748.460,93	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO	378.739,03	385.466,76
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	464.195.230,85	404.845.820,50	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	378.739,03	-
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.008.548,60	1.008.548,60	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	378.739,03	-
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-427.679.891,23	-373.105.908,17	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO - INTRA OFSS	-	385.466,76
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	537.064,69	537.064,69	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	385.466,76
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	537.064,69	537.064,69	PROVISÕES A LONGO PRAZO	355.455.260,89	573.427.687,10



DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	515.262,18	4.608.360,01	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	355.455.260,89	573.427.687,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	515.262,18	4.608.360,01	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	355.455.260,89	573.427.687,10
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO PROVENIENTES DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	-	4.093.097,83	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	70.910.569,66
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	467.890,22	467.890,22	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	214.827.608,35
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	47.371,96	47.371,96	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	15.416.425,54	14.730.564,58
INVESTIMENTOS	3.613,54	3.613,54	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	270.107.305,85	203.027.415,01
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	3.613,54	3.613,54	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	69.931.529,50	69.931.529,50
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	3.613,54	3.613,54			
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	3.613,54	3.613,54			
IMOBILIZADO	358.093.551,36	318.985.063,41			
BENS MOVEIS	240.619.786,29	207.747.496,47			
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	240.619.786,29	207.747.496,47			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	73.287.220,31	66.547.302,79			
BENS DE INFORMÁTICA	22.489.146,12	17.179.435,91			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	42.980.615,83	36.823.339,55			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	3.210.281,63	2.956.613,94			
VEÍCULOS	74.899.208,89	64.913.867,22			
BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	5.000,00	-			
DEMAIS BENS MÓVEIS	23.748.313,51	19.326.937,06			
BENS IMÓVEIS	160.579.161,57	141.514.242,37			



BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	160.579.161,57	141.514.242,37			
BENS DE USO ESPECIAL	58.226.653,03	58.226.653,03			
BENS DE USO COMUM DO POVO	37.881.943,49	37.881.943,49			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	25.898.705,50	8.178.640,13			
INSTALAÇÕES	794.353,22	689.822,14			
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	99.313,27	67.023,15			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	37.678.193,06	36.470.160,43			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-43.105.396,50	-30.276.675,43			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-43.105.396,50	-30.276.675,43			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-42.566.465,98	-29.809.602,31	PATRIMÔNIO LIQUIDO	644.523.896,56	220.609.505,89
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-538.930,52	-467.073,12	RESULTADOS ACUMULADOS	644.523.896,56	220.609.505,89
INTANGÍVEL	945,30	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	644.523.896,56	220.609.505,89
SOFTWARES	1.600,00	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	644.523.896,56	220.609.505,89
SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO	1.600,00	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	422.669.306,44	-204.514.836,33
SOFTWARES	1.600,00	-	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	220.609.505,89	419.822.973,31
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-654,70	-	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.245.084,23	5.301.368,91
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA- CONSOLIDAÇÃO	-654,70	-			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	-654,70	-			
TOTAL	1.524.450.850,13	1.410.918.040,77	TOTAL	1.524.450.850,13	1.410.918.040,77



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	1.524.450.850,13	1.410.918.040,77
ATIVO FINANCEIRO	1.061.188.543,28	1.003.270.886,49
ATIVO PERMANENTE	463.262.306,85	407.647.154,28
PASSIVO (II)	983.260.763,91	1.261.629.991,23
PASSIVO FINANCEIRO	169.725.848,47	232.715.261,79
PASSIVO PERMANENTE	813.534.915,44	1.028.914.729,44
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	541.190.086,22	149.288.049,54

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-	-
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	-	-
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.769,24	5.769,24
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	5.769,24	5.769,24



QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1000 Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	59.872.332,00	45.797.318,87
1001 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	1.879.348,82	769.585,22
1002 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e de Transferências de Imposto - Saúde	400.533,80	961.041,20
1003 Recursos do Tesouro - Contribuição para o Regimento Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	681.109.693,46	624.120.861,98
1005 Recursos do Tesouro- Ações e Serviços de Saúde	2.450.179,71	1.334.359,89
1007 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde -SUS	-	22.020.564,51
1008 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	8.588.225,83	3.999.724,33
1009 Recursos do Tesouro - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	161.164,81	80.853,19
1010 Recursos do Tesouro - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	4.820.916,97	5.089.983,67
1011 Recursos do Tesouro - Transferência do FUNDEB	8.936.075,18	1.200.849,30
1015 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.073.966,03	7.783.116,94
1017 Recursos do Tesouro - Recursos Destinados a Fundos	2.525.477,33	2.063.371,76
1023 Cota-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	40.391.127,82	20.226.720,70
1025 Recursos do Tesouro - Royalties - Lei 12.858/2013	1.274.548,66	-
1026 Recursos de Multas de Trânsito - Art. 320 da Lei 9.503/1997	5.704.734,99	2.787.298,66
1027 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Custeio	21.085.956,94	-



1028 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Investimentos	6.132.595,20	-
1090 Recursos do Tesouro - Operação de Crédito Internas	-6.325.554,85	-4.847.935,58
1094 Recursos do Tesouro - Remuneração de Depósitos Bancários		-1.351.641,71
2012 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Educação	2.600.162,28	7.575.733,99
2013 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Saúde	1.557.993,90	270.966,79
2014 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	42.223.215,93	30.672.850,99
Total das Fontes de Recursos:	891.462.694,81	770.555.624,70



NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Prefeitura de Porto Velho realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas.

A organização administrativa da prefeitura em 2019 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado.

O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.



AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH

Criada em 24 de abril de 2017 por meio do Decreto nº 14.461, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 661 de 07 de abril de 2017, a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública tem entre suas atribuições, a incumbência de receber o investidor e promover as articulações entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Município e, é vinculado, por cooperação, ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho.

O Serviço Social Autônomo tem como atribuições: I - promover o ambiente de negócios; II - promover o desenvolvimento e melhoria da competitividade do Município; III - articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais e inovação tecnológica; IV - atender o investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios; V - atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município; VI - acompanhar o desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação da empresa; VII - prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Município; VIII - disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do Município; IX - promover a imagem do Município como destino de investimentos; dentre outras conforme disposto no Art.4º da Lei nº 661 de 04/04/2017.



FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não concorre com nenhuma empresa privada, pois não é exploradora de atividade econômica com o fim meramente especulativo, mas delegatária de serviços públicos de desenvolvimento urbano de competência exclusiva dos Municípios, agindo em nome do Município de Porto Velho e do interesse público, visto que a execução da política de desenvolvimento urbano é de competência exclusiva dos Municípios;

2 - Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial E Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.



3 - O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

4 - Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

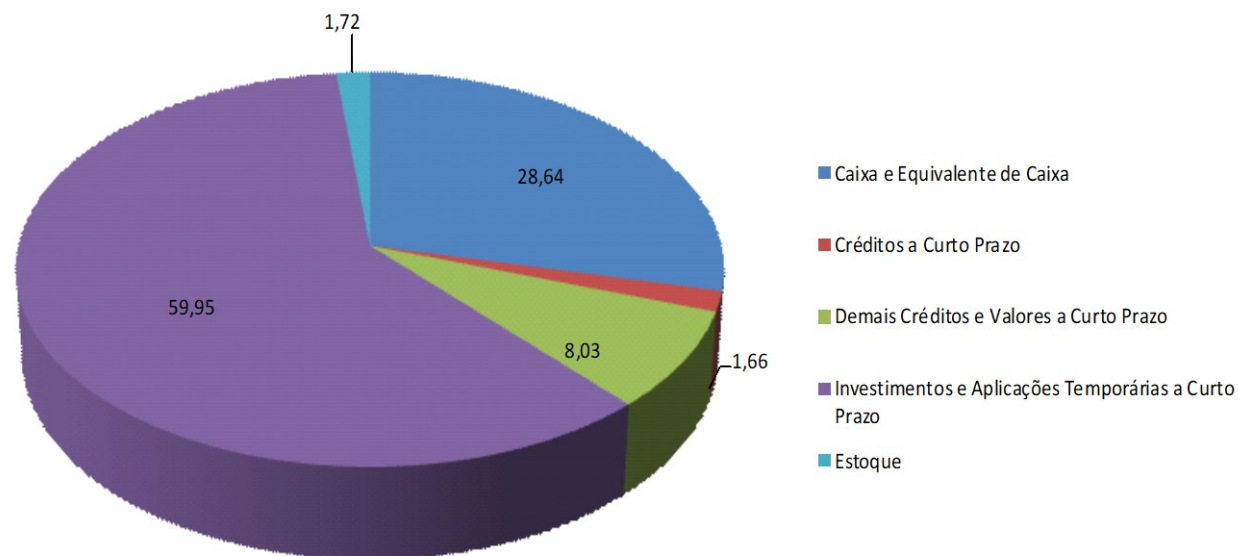
5 – ATIVO CIRCULANTE

O **Ativo Circulante** compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, compreende o somatório das contas Caixa Equivalente de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Estoques.

Ativo Circulante	2019	%	2018	%
Caixa e Equivalente de Caixa	323.028.674,77	28,64	254.435.085,82	24,14
Créditos a Curto Prazo	18.701.111,53	1,66	6.089.673,53	0,58
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	90.569.610,03	8,03	159.847.504,55	15,17
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto	676.045.932,47	59,95	618.884.834,26	58,72
Estoque	19.428.196,04	1,72	14.778.380,03	1,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	3.000,00	0,00	-	
Total do Ativo Circulante	1.127.773.524,84	100,00	1.054.035.478,19	100,00



Composição do Ativo Circulante – exercício 2019



Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que maior parte dele em 2019 está concentrado nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, 28,64% e 59,95% respectivamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa alcançou o valor de R\$323.028.674,77 no exercício atual, enquanto totalizou R\$254.435.085,82 no exercício anterior. Na comparação de um ano para outro, constatou-se uma diferença positiva de R\$68.593.588,95, bem como houve um aumento de R\$ 57.161.098,21 com relação ao ano anterior na conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, o que contribuiu de forma decisiva para o acréscimo do Ativo Circulante.



O saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial somado aos saldo de Investimentos e Aplicações Financeiras do RPPS que totaliza o valor de R\$999.074.607,24 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$54.958.167,33, deve conciliar com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do Demonstrativo de Fluxo de Caixa, pois são disponibilidades financeiras, de livre movimentação e, portanto “caixa e equivalente de caixa”, em atendimento a IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa no BP e na DFC	VALOR
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Patrimonial)	323.028.674,77
2. Investimentos e Aplicações Financeiras RPPS (Balanço Patrimonial)	676.045.932,47
3. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Balanço Patrimonial)	54.958.167,33
4. Total	1.054.032.774,57
5. Caixa e Equivalente de Caixa (DFC) - (1+2+3)=(4)	1.054.032.774,57

6 - PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações de curto prazo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais e Demais Obrigações.

Houve uma redução no Passivo Circulante com relação ao exercício anterior na ordem de 58,86%, passando de R\$161.393.805,44 para R\$ 66.392.038,13, ocasionada principalmente pela baixa na conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que passou de R\$136.899.800,61 para R\$22.049.763,05, sendo que esta conta representa em 2019, 33,21% do total do passivo circulante, antes representando 84,82%.



Composição do Passivo Circulante

Passivo Circulante	2019	%	2018	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	628.728,99	0,95	3.746.684,78	2,32
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	2.684.752,92	4,04	5.242.064,88	3,25
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.049.763,05	33,21	136.899.800,61	84,82
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	30.000,00	0,05	25.559,28	0,02
Demais Obrigações a Curto Prazo	40.998.793,17	61,75	15.479.695,89	9,59
Total do Passivo Circulante	66.392.038,13	100,00	161.393.805,44	100,00

Esta redução foi ocasionada, principalmente, pela baixa do precatório da Empresa Cota Construtora Amazônia S/A (processo 2001650-12.1993.8.22.000), efetuada em virtude do pagamento informado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no montante de R\$15.089.649,61. Abaixo pode ser visualizado o Razão de Contabilidade com o lançamento do valor em questão.

Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 1

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Período: 01/01/2019 até 31/12/2019

Unidade Gestora: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL

Conta Contábil: 20123 COTA - CONSTRUTORA AMAZÔNIA S/A - 2001650-12.1993.8.22.0000

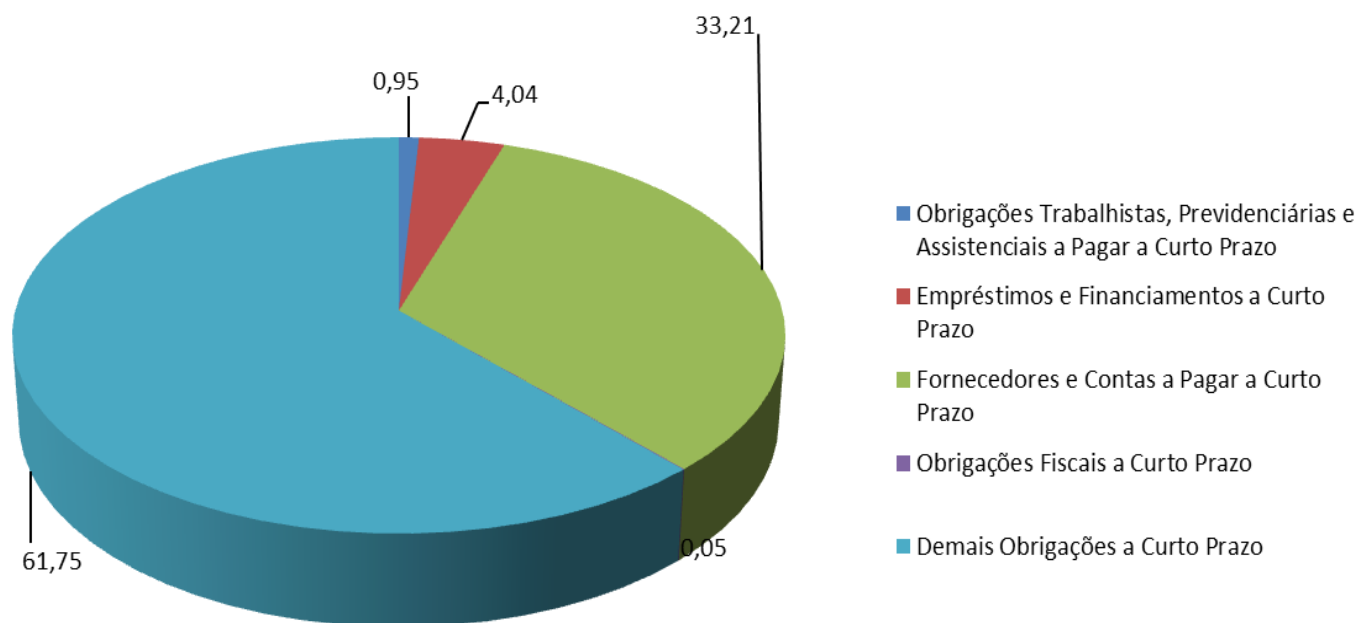
Nível Contábil: 2.1.3.1.1.05.01.01.00.00

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	-130.000.000,00	Saldo Anterior:	-130.000.000,00
Débitos:	114.910.350,39	Débitos:	0,00	Débitos:	114.910.350,39
Créditos:	0,00	Créditos:	0,00	Créditos:	0,00
Saldo Atual:	114.910.350,39	Saldo Atual:	-130.000.000,00		

Movimentação												
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
0000	56714	01/01/2019	Implantação de Saldos.Referente saldos balanço exercício 2018.							1570 P		130.000.000,00 -
											Saldo Atual:	130.000.000,00 -
0000	1356149	31/12/2019	VALOR LANCAMENTO REF. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO REFERENTE A COTA PROC. 2001650-12.1993.8.22.0000, CONFORME CONSTA NO CONTROLE ANALÍTICO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ENCAMINHADO PELO TJ/RO ACOSTADO AOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06.12081/2013.							9577 F		114.910.350,29 +
0000	1356209		VALOR LANCAMENTO REF. COMPLEMENTO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO REFERENTE A COTA, PROC. 2001650-12.1993.8.22.0000, CONFORME CONSTA NO CONTROLE ANALÍTICO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ENCAMINHADO PELO TJ/RO ACOSTADO AOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06.12081/2013.							9577 F		0,10 +
											Saldo Atual:	15.089.649,61 -



Composição do Passivo Circulante – exercício 2019





No passivo circulante, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo correspondem a um montante de R\$628.728,99 que representa menos de 0,01% do total deste grupo e tem sua composição conforme abaixo:

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Saldo Atual
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	3.746.684,78	628.728,99
2.1.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	3.746.684,78	628.728,99
2.1.1.0.0.00.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.746.684,78	628.728,99
2.1.1.1.0.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	843.351,23	473.280,43
2.1.1.1.1.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	843.351,23	473.280,43
2.1.1.1.1.01.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	503.902,61	133.831,81
2.1.1.1.1.01.01.00.00.00	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	503.902,61	133.831,81
2.1.1.1.1.04.00.00.00.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	339.448,62	339.448,62
2.1.1.1.1.04.02.00.00.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO P/	339.448,62	339.448,62
2.1.1.1.1.04.02.01.00.00	ESPOLIO DE FRANCISCO VERIANO DA COSTA - PROC. 1010123-78.2005.8.22.0000	339.448,62	339.448,62
2.1.1.4.0.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.903.333,55	155.448,56
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	71.627,55	155.447,36
2.1.1.4.1.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	24.727,08	
2.1.1.4.1.01.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	24.727,08	
2.1.1.4.1.07.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	46.900,47	155.447,36
2.1.1.4.1.07.01.00.00.00	Parcelamento CAIXA ECONOMICA - FGTS Processo 02.41.00069/2011 - EMDUR	46.900,47	59.947,36
2.1.1.4.1.07.02.00.00.00	PARCELAMENTO RAT - RFB - PROCESSO 02.41.00081/2017 - EMDUR - CURTO PRAZO	-	95.500,00
2.1.1.4.3.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	2.831.706,00	1,20
2.1.1.4.3.06.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	2.831.706,00	1,20
2.1.1.4.3.06.05.00.00.00	IPAM CAMARA	351.369,00	0,48
2.1.1.4.3.06.06.00.00.00	IPAM PMPV	2.480.337,00	0,72
Total Geral		3.746.684,78	628.728,99

O saldo apresentado da conta 2.1.1.1.1.01.00.00.00.00 – Pessoal a Pagar no montante de R\$133.831,81, refere-se à Salários, remunerações e benefícios oriundos da folha de pagamento dos servidores do Município. Já o saldo da conta 2.1.1.4.0.00.00.00.00.00 – Encargos Sociais a pagar, totalizando um montante de R\$155.448,56, refere-se aos parcelamentos a pagar do Regime Geral da Previdência Social – RGPS (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS) e com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.



7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

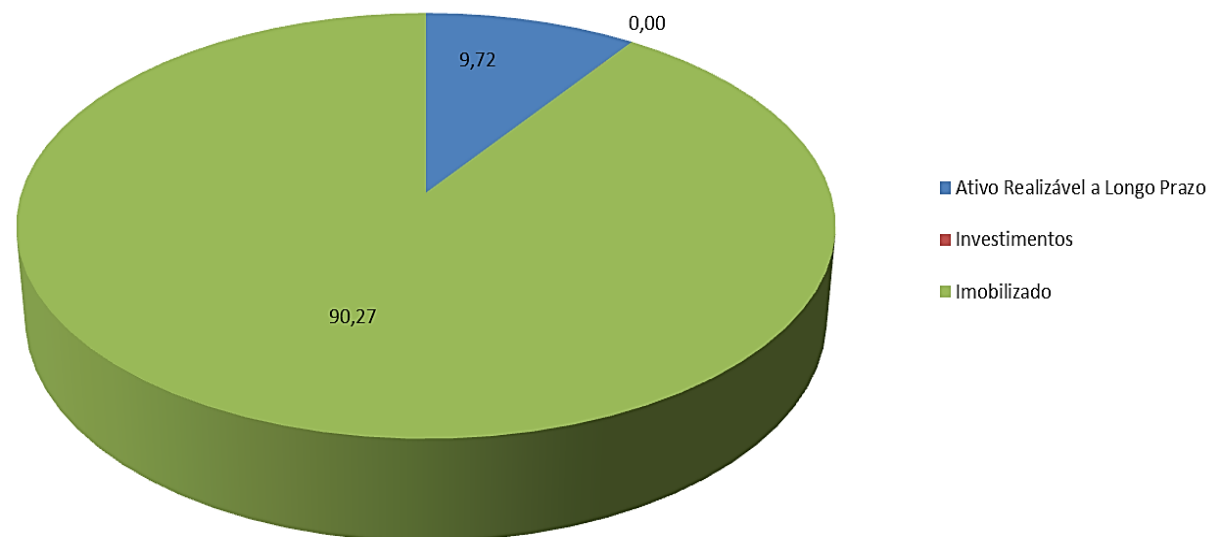
Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

Conforme apresentado abaixo a maior parte do Ativo não circulante compreende o Imobilizado, com o valor na ordem de R\$358.093.551,36 (90,27%), seguido do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 38.576.215,09 (10,62%) e com os investimentos representado por um valor irrisório face as outras contas.

Ativo Não Circulante	2019	%	2018	%
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.576.215,09	9,72	37.893.885,63	10,62
Investimentos	3.613,54	0,00	3.613,54	0,00
Imobilizado	358.093.551,36	90,27	318.985.063,41	89,38
Total do Ativo Não Circulante	396.673.379,99	100,00	356.882.562,58	100,00



Composição do Ativo Não Circulante – exercício 2019



Dívida Ativa Tributária

Em 2019, a Dívida Ativa Tributária do Município apresenta um saldo contábil de R\$482.198.160,85, sendo R\$464.195.230,85 a Longo Prazo e R\$18.002.930,00 a Curto Prazo. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2019.

Dívida Ativa Tributária	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	18.002.930,00	464.195.230,85	482.198.160,85	5.902.012,00	404.845.820,50	410.747.832,50
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-	427.679.891,23	427.679.891,23	-	373.105.908,17	373.105.908,17
Dívida após o Ajuste de Perdas	18.002.930,00	36.515.339,62	54.518.269,62	5.902.012,00	31.739.912,33	37.641.924,33



Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2019

No exercício de 2019 foi inscrito o valor de total R\$ 105.351.191,25 em dívida ativa.

INSCRIÇÃO DÍVIDA ATIVA - 2019

Descrição	Principal	Correção	Multas	Juros	Total
Imposto Predial	11.488.588,10	524.098,39	2.402.538,87	720.767,30	15.135.992,66
Imposto Territorial	25.845.951,00	1.179.063,31	5.405.001,66	1.621.503,95	34.051.519,92
ITBI/Auto de Infração	3.986,00	1.188,09	103,49	2.690,53	7.968,11
TRSD	8.331.596,13	380.116,07	1.742.379,45	522.720,10	10.976.811,75
TX Alvará de Licença de Funcionam.	719.231,55	167.414,20	18.358,64	145.657,68	1.050.662,07
TX Alvará de Licença de Func./AI	651.915,41	129.774,45	167,50	261.303,96	1.043.161,32
TX de Uso de Bem Público	-	-	-	-	-
ISSQN Mensal	8.365.151,29	381.609,50	1.697.515,70	297.971,03	10.742.247,52
ISS/RETIDO	1.017.850,85	46.433,53	209.575,35	33.809,94	1.307.669,67
ISSQN Estimativa Fixa	304.740,96	13.902,00	6.372,42	9.771,86	334.787,24
ISS/SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS	193.518,85	8.828,12	4.046,41	6.996,95	213.390,33
ISSQN/AI	15.138.401,71	4.533.144,16	390.094,11	9.699.713,97	29.761.353,95
ISS/TAXI/CONDUTOR/PRINCIPAL	31.636,00	1.446,26	6.629,86	1.177,33	40.889,45
Multa - Não Adesão a NFSE	66.158,07	3.018,07	1.383,53	2.789,37	73.349,04
Autos de Infração/Multas Ambientais	222.943,11	60.333,85	-	124.782,68	408.059,64
Autos de Infração/Posturas	153.430,10	4.008,34	3.120,01	16.877,77	177.436,22
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	23.637,90	1.078,29	494,30	681,87	25.892,36
Total da Inscrição	72.558.737,03	7.435.456,63	11.887.781,30	13.469.216,29	105.351.191,25



Inscrições e Baixas de Dívida Ativa Tributária – Exercícios 2017, 2018 e 2019.

Dívida Ativa 2017		Dívida Ativa 2018		Dívida Ativa 2019	
Saldo Anterior (a)	456.668.637,54	Saldo Anterior (a)	451.307.802,39	Saldo Anterior (a)	410.747.832,50
Inscrições		Inscrições		Inscrições	
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	585.495,86
IPTU	33.678.263,36	IPTU	-	IPTU	49.221.373,05
Demais Taxas	8.843.782,95	Demais Taxas	-	Demais Taxas	10.976.811,75
ISS	12.056.367,20	ISS	-	ISS	42.400.338,16
Multa - Não adesão NF-e	94.332,85	Multa - Não adesão NF-e	-	Multa - Não adesão NF-e	73.349,04
Licença para Funcionamento Regular	3.310.099,05	Licença para Funcionamento Regular	-	Licença para Funcionamento Regular	2.093.823,39
Total das Inscrições (b)	57.982.845,41	Total das Inscrições (b)	-	Total das Inscrições (b)	105.351.191,25
Baixas		Baixas		Baixas	
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-
ISS	651.054,02	ISS	9.922.495,18	ISS	4.007.706,80
Demais Taxas	2.114.508,32	Demais Taxas	1.656.457,93	Taxas Prestação serviços	1.523.384,68
Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	-	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	-	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.739.647,06
IPTU	2.551.624,15	IPTU	11.232.835,08	IPTU *	9.526.860,96
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	-	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	-	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	230.986,00
Total Por Recebimento	5.317.186,49	Total Por Recebimento	22.811.788,19	Total Por Recebimento	17.028.585,50
Por cancelamento	58.026.494,07	Por cancelamento	17.748.181,70	Por cancelamento	16.361.757,39
Total das Baixas (c)	63.343.680,56	Total das Baixas (c)	40.559.969,89	Total das Baixas (c)	33.390.342,89
Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	451.307.802,39	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	410.747.832,50	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	482.708.680,86

* Em 2019, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 9.527.196,59 - R\$ 335,63 = R\$ 9.526.860,96)

Cancelamentos de Dívida Ativa Tributária

Os valores cancelados no exercício de 2019, que totalizam R\$ 16.361.757,39, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa Tributária a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através dos processos administrativos 06.17985/2019 e 06.17990/2019 (IPTU); 06.17986/2019 (ITU); 06.17994/2019 e 06.17993/2019 (TRSD); 06.17992/2019 (ISS); 06.17987/2019 (Alvará de Funcionamento); 06.17988/2019 e 06.17989/2019 (Auto de Infração) e 06.17991/2019 (Foros).



Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo (R\$ 482.708.680,85), apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (11,40%), considerando a média de recebimentos passados.

Dessa forma, no ano de 2019 foi considerado o valor de R\$ 427.679.891,23 em ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária, que representa 88,60% dos valores a receber a longo prazo, sendo que este percentual é a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 11,40% das inscrições em dívida ativa.

Dívida Ativa Não Tributária

Em 2019, a Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 510.520,00, referente ao crédito inscrito a título de FOROS. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2020.

Em 2019, a Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo do Município totaliza R\$ 1.008.555,87, registrado em 10.01.2017. Esse valor corresponde à inscrição em dívida ativa decorrente do processo 00366/96-TCERO em desfavor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, pela Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Velho, referente ao exercício de 1995.

Dívida Ativa Não Tributária	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores	510.520,00	1.008.555,87	1.519.075,87	-	1.008.555,87	1.008.555,87

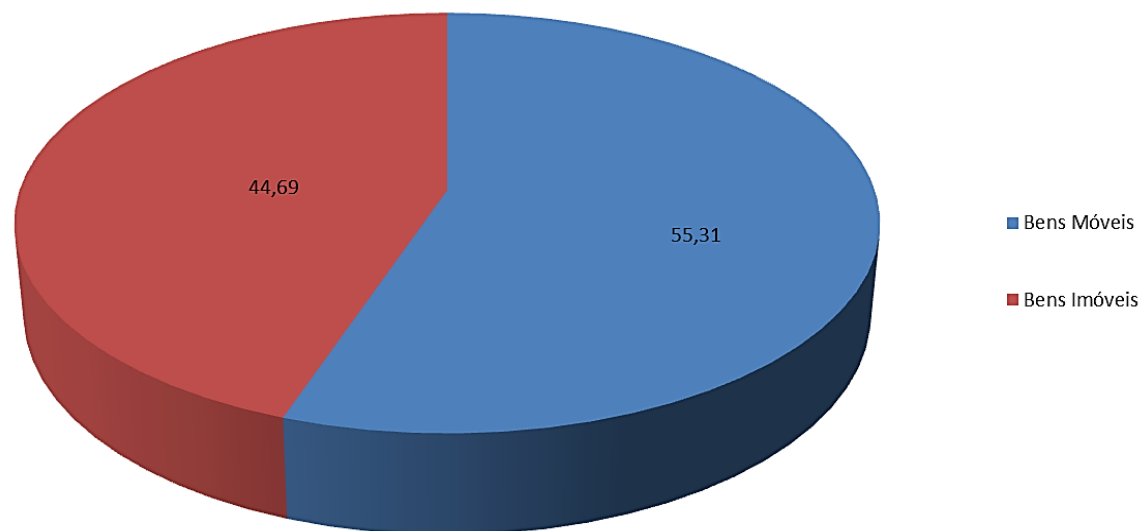


8 - IMOBILIZADO

O imobilizado corresponde a 90,27% do total do Ativo não circulante no valor de R\$358.093.551,36, sendo que deste, 55,31% são de bens móveis e 44,69% de bens imóveis.

Imobilizado (Valores deduzidos das depreciações)	2019	%
Bens Móveis	198.053.320,31	55,31
Bens Imóveis	160.040.231,05	44,69
Total do Imobilizado	358.093.551,36	100,00

Composição do Imobilizado – exercício 2019





A partir do Exercício de 2014 o Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Porto Velho iniciou os trabalhos para normatização e aplicação dos procedimentos para depreciação, amortização e exaustão, com adequações no Sistema de Bens Patrimoniais, bem como no aperfeiçoamento dos reconhecimentos e contabilização das reavaliações dos bens permanentes. Todo processo de implantação deu início em atendimento a Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012 que determina aos Poderes e Órgãos estaduais e municipais do Estado de Rondônia a adoção obrigatória dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012.

Assim, em 2015, o Município de Porto Velho elaborou um Decreto nº 13.934, publicado no Diário Oficial do Município nº 5.016 em 28/07/2015, o qual dispõe sobre a gestão dos bens móveis de material permanente, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de bens públicos, estabelece inclusive sobre a classificação de material para fins de controle do orçamento público, de apropriação contábil da despesa e de administração patrimonial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal. Em arremate, foi elaborado ainda em 2015, a Instrução Normativa nº 005/2015 (DOM nº 5.056 de 23/09/15) que institui procedimentos de depreciação e avaliação dos bens móveis e da inserção das taxas de depreciação e registro de lançamentos contábeis padronizados no âmbito dos órgãos e unidades administrativas do Município de Porto Velho.

Atualmente, os bens móveis do Município, adquiridos após o inventário anual de 2015, são cadastrados no sistema de controle patrimonial com os índices de depreciação, conforme vida útil e valor residual. E os bens que já estavam registrados, anteriores ao inventário de 2015, foram efetuados os procedimentos inicialmente de reavaliação, atualizando seus valores ao mercado atual, e, após a reavaliação desses bens, aplicou-se as taxas de depreciação.

9 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

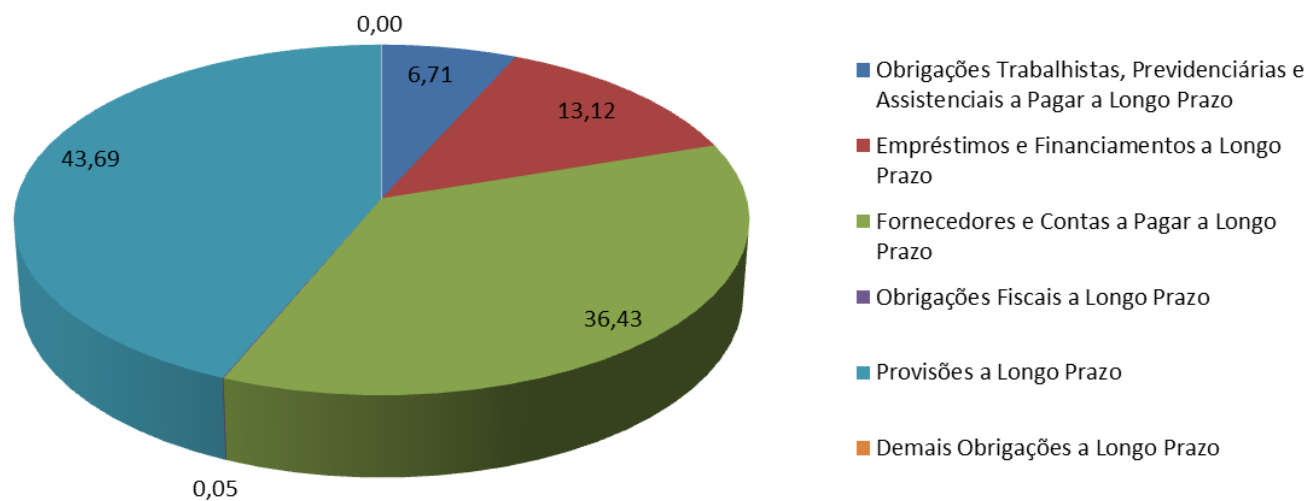
Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.



Passivo Não Circulante	2019	%	2018	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	54.577.065,18	6,71	53.827.771,06	5,23
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	106.739.082,28	13,12	107.436.863,28	10,44
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	296.384.768,06	36,43	293.836.941,24	28,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	378.739,03	0,05	385.466,76	0,04
Provisões a Longo Prazo	355.455.260,89	43,69	573.427.687,10	55,73
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	0,00	-	0,00
Total do Ativo Não Circulante	813.534.915,44	100,00	1.028.914.729,44	100,00

O Passivo Não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$355.455.260,89, representando 43,69% do Passivo Não Circulante.

Composição do Passivo não circulante – exercício 2019





Provisões a Longo Prazo

No grupo Passivo Provisões a Longo Prazo, estão registradas as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que evidenciam os valores de benefícios previdenciários a serem pagos e a forma como serão custeados.

O montante de R\$ 8.290.902.989,89 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 2.198.171.414,40 de benefícios concedidos, R\$ 6.022.800.045,99 de benefícios a conceder e R\$ 69.931.529,50 de provisões atuariais para ajuste do plano previdenciário. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 337.478.812,75, pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R\$ 262.820.841,59, pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 346.803.939,44 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 355.455.260,89.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ R\$ 8.290.902.989,89, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 6.988.344.135,22, a ser custeado pelo Tesouro do Município. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R\$ 355.455.260,89, que representa o patrimônio do regime. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.



MEMÓRIA DE CÁLCULO

MONTANTE A SER PAGO (A)

BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	2.182.675.705,96	15.495.708,44	2.198.171.414,40
A CONCEDER	5.225.411.907,12	797.388.138,87	6.022.800.045,99
PROVISÕES P/ AJUSTES	-	69.931.529,50	69.931.529,50
TOTAL	7.408.087.613,08	882.815.376,81	8.290.902.989,89

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)

FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	48.809.982,31	70.332,98	48.880.315,29
PENSIONISTA	19.210.279,43	8.949,92	19.219.229,35
SERVIDOR ATIVO	76.180.029,37	193.199.238,74	269.379.268,11
ENTE - PMPV	76.180.029,37	270.623.910,07	346.803.939,44
COMPENS. PREV.	199.363.157,38	63.457.684,21	262.820.841,59
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	355.455.260,89	355.455.260,89
TOTAL	419.743.477,86	882.815.376,81	1.302.558.854,67

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)

BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	2.114.655.444,22	-	2.114.655.444,22
A CONCEDER	4.873.688.691,00	-	4.873.688.691,00
TOTAL	6.988.344.135,22	-	6.988.344.135,22

O valor a ser pago é de R\$ 8.290.902.989,89; as fontes de custeio somam R\$ 1.302.558.854,67, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 6.988.344.135,22



DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	355.455.260,89	573.427.687,10
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	70.910.569,66
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2.182.675.705,96	1.830.491.077,53
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(48.809.982,31)	(52.512.064,01)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(19.210.279,43)	(5.596.587,37)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-	(52.901.192,14)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(2.114.655.444,22)	(1.648.570.664,35)
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	214.827.608,35
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	5.225.411.907,12	5.848.715.346,53
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(76.180.029,37)	(227.537.418,04)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(76.180.029,37)	(242.883.751,08)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(199.363.157,38)	(169.027.873,51)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(4.873.688.691,00)	(4.994.438.695,55)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	15.416.425,54	14.730.564,58
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	15.495.708,44	15.171.767,20
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(70.332,98)	-
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(8.949,92)	(2.738,55)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-	(438.464,07)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	270.107.305,85	203.027.415,01
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	797.388.138,87	720.274.878,71
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(270.623.910,07)	(285.591.434,25)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(193.199.238,74)	(210.840.085,46)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(63.457.684,21)	(20.815.943,99)
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	69.931.529,50	69.931.529,50
AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	54.439.494,90	54.439.494,90
OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	15.492.034,60	15.492.034,60
TOTAL	355.455.260,89	573.427.687,10



Na avaliação atuarial do exercício de 2019, a cobertura da insuficiência financeira ficou em R\$ 6.988.344.435,22, enquanto que em 2018 foi de R\$ 6.643.009.359,90.

Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurada na avaliação atuarial realizada em 2019 foi de R\$ 6.988.344.435,22, sendo esse valor registrado de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência. Com isso, está sendo excluído o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária. Caso fosse considerado, o patrimônio líquido consolidado da Prefeitura Municipal de Porto Velho seria negativo no valor de R\$ - 6.343.820.538,66 (R\$ 644.523.896,56 - R\$ 6.988.344.435,22).

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Esta conta representa o segundo item mais relevante do Passivo Não Circulante, representando 36,43%, sendo que nela constam os lançamentos dos Precatórios de Fornecedores Nacionais – Regime Especial – Antes de 05/05/2000, no valor de R\$ 77.265.084,66, a partir de 05/05/2000 – vencidos e não pagos com saldo de R\$ 213.077.938,09, e a partir de 05/05/2000 – não vencidos, no montante de R\$3.594.685,25, totalizando o valor de R\$293.384.798,06.

O valor de R\$ 2.447.060,06 que fecha o total da conta de fornecedores e contas a pagar a longo prazo está registrado como renegociação de dívidas com fornecedores, sendo representado por um parcelamento junto a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron, contrato “CERON UNN/001/2003”, que em sua Cláusula Terceira, descreve que a dívida consolidada e confessada pelo devedor será quitada no prazo de 20 (vinte) anos, com 15 (quinze) meses de carência e em 225 (duzentas e vinte e cinco) parcelas, onde cabe ressaltar que ao final de 2019 a Prefeitura do Município de Porto Velho pagou 182 (cento e oitenta e duas) parcelas, correspondendo a 80,88% (Oitenta vírgula oitenta e oito por cento) do contrato, restando 43 (Quarenta e três) parcelas a pagar.

Importante registrar que o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017.

No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um



doze avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Em 2019, a fim de evidenciar os Precatórios pagos, foram efetuados lançamentos de transferência para o Passivo a Curto Prazo, na conta Pessoal a Pagar no nível 2.1.1.1.1.04.02 – Precatórios de Pessoal – Regime Especial – A partir de 05/05/2000 – Vencidos e Não Pagos e na conta Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo, no nível 2.1.3.1.1.05.02 – Precatórios de Fornecedores Nacionais – Regime Especial – A partir de 05/05/2000 – Vencidos e Não Pagos e no nível 2.1.3.1.1.05.03 – Precatórios de Fornecedores Nacionais – Regime Especial – A partir de 05/05/2000 – Não Vencidos, dos precatórios que estavam na ordem de pagamento prioritário, informada pelo Tribunal de Justiça, conforme sequência apresentada abaixo:

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.1.1.1.04.02.00.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	339.448,62		215.503,57	215.503,57	339.448,62
2.1.1.1.1.04.02.01.00	ESPOLIO DE FRANCISCO VERIANO DA COSTA - PROC.1010123-78.2005.8.22.0000	339.448,62		-	339.448,62	339.448,62
2.1.1.1.1.04.02.02.00	Raimunda Eva Viana Vieira - Proc. 0012358-23.2014.8.22.0000	-		112.562,95	112.562,95	-
2.1.1.1.1.04.02.03.00	EDNILDO SOUZA - PROC. 0005241-73.2017.8.22.0000	-		102.940,62	102.940,62	-
2.1.3.1.1.05.01.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - ANTES DE 05/05/2000	130.000.000,00		114.910.350,39	-	15.089.649,61
2.1.3.1.1.05.01.01.00	COTA - CONSTRUTORA AMAZÔNIA S/A - 2001650-12.1993.8.22.0000	130.000.000,00	C	114.910.350,39	-	15.089.649,61
2.1.3.1.1.05.02.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	-		103.339,52	103.339,52	-
2.1.3.1.1.05.02.01.00	JOÃO DUARTE DOS SANTOS - PROC. 0006816-19.2017.8.22.0000	-		103.339,52	103.339,52	-
2.1.3.1.1.05.03.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NÃO VENCIDOS	-		27.541,78	27.541,78	-
2.1.3.1.1.05.03.01.00	ENITA ALVES DE ANDRADE - PROC. 0006982-17.2018.8.22.0000	-		27.541,78	27.541,78	-
	Total Geral	130.339.448,62	C	115.256.735,26	346.384,87	15.429.098,23

Note-se que abaixo, no quadro de consulta de precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, os valores dos precatórios estão demonstrados pelo valor original, sem correção, já no quadro acima, do plano de contas, os valores estão atualizados.



Consulta Precatórios por Devedor

Informações

Devedor(es):

Tipo de Precatório: ☐ Alimentar ☐ Comum ☐ Preferencial ☒ Unificada

Situação:

PRECATÓRIOS ENCONTRADOS

Posição na fila	Orçamento	Processo	Natureza Selecione	Data Apresentação	Prioridade Selecione	Situação Selecione	Pagador	Valor Original
1	1998	2001650-12.1993.8.22.0000	Comum	11/09/1996	Normal	Tramitando Pagamento	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	R\$ 89.629.320,65
2	1998	2004867-92.1995.8.22.0000	Comum	08/05/1997	Normal	Tramitando Pagamento	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	R\$ 218.121,73
3	1998	2000545-58.1997.8.22.0000	Comum	30/05/1997	Normal	Aguardando Pagamento	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	R\$ 6.871.345,30

A transferência para curto prazo foi efetuada com base no saldo atual da Conta de Depósitos Compulsórios, conta de Ativo Circulante, nível 1.1.3.5.1.08 – Conta Especial – Precatórios que em 31/12/2019, apresentou um saldo disponível de R\$53.358.350,55, e considerando os depósitos que serão feitos no decorrer de 2020, darão suporte para pagamento dos precatórios supracitados.

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
1.1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
1.1.3.5.0.00.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
1.1.3.5.1.00.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
1.1.3.5.1.08.00.00.00.00	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55
Total Geral		123.037.899,25	D	45.577.186,56	115.256.735,26	53.358.350,55

Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.



Importante registrar que o saldo de R\$53.358.350,55 da Conta Especial – Precatórios se encontra em consonância com a soma dos saldos das contas correntes em que os depósitos supracitados são realizados (R\$44.692.922,49 + R\$8.665.428,06), conforme demonstrado a seguir:

 Extrato		
Data de Emissão: 16/01/2020 - Hora: 13:12:26 #10		
Conta 2848 / 040 / 01518832-4		
Processo		
Tribunal	TJ RONDONIA	
Vara	TRIBUNAL DE JUSTICA - PORTO VELHO/RO	
Número do Processo	00739385320138221111	
Número Único do Processo	00739385320138221111	
Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA - PRECATORIOS	
Réu	MUNIC DE PORTO VELHO	
Saldo (R\$)		
Disponível	R\$ 44.692.922,49 C	
Bloqueado	R\$ 0,00	
Total	R\$ 44.692.922,49 C	

 Extrato		
Data de Emissão: 16/01/2020 - Hora: 13:11:03 #10		
Conta 2848 / 040 / 01531493-1		
Processo		
Tribunal	TJ RONDONIA	
Vara	PLENO ADMINISTRATIVO - PORTO VELHO/RO	
Número do Processo	00739410820138221111	
Número Único do Processo	00000000000000000000	
Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA	111.111.111-11
Réu	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	05.903.125/0001-45
Saldo (R\$)		
Disponível	R\$ 8.665.428,06 C	
Bloqueado	R\$ 0,00	
Total	R\$ 8.665.428,06 C	



10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial, no exercício de 2019, apresentou em seu ativo o montante de R\$1.524.450.850,13, enquanto o passivo totalizou R\$879.926.953,57, tendo como resultado um patrimônio líquido positivo no montante de R\$644.523.896,56.

Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

ATIVO

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	1.410.918.040,77	D	13.026.908.263,09	12.913.375.453,73	1.524.450.850,13	D

PASSIVO

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.1.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	161.393.805,44	C	3.316.421.560,14	3.221.419.792,83	66.392.038,13	C
2.2.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.028.914.729,44	C	17.574.461.392,94	17.359.081.578,94	813.534.915,44	C
	Total Geral	1.190.308.534,88	C	20.890.882.953,08	20.580.501.371,77	879.926.953,57	D

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.3.0.0.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	220.609.505,89	C	19.851.312.083,75	20.275.226.474,42	644.523.896,56	C

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.410.918.040,77	C	40.742.195.036,83	40.855.727.846,19	1.524.450.850,13	C

A situação patrimonial positiva demonstrada nos quadros acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial,



que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo).

No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	1.524.450.850,13	1.410.918.040,77
ATIVO FINANCEIRO	1.061.188.543,28	1.003.270.886,49
ATIVO PERMANENTE	463.262.306,85	407.647.154,28
PASSIVO (II)	983.260.763,91	1.261.629.991,23
PASSIVO FINANCEIRO	169.725.848,47	232.715.261,79
PASSIVO PERMANENTE	813.534.915,44	1.028.914.729,44
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	541.190.086,22	149.288.049,54

Considerando a Lei 4.320/64 quanto à apuração da situação patrimonial o resultado passa a ser de R\$541.190.086,22, ainda positivo, porém com o valor menor do que o apurado anteriormente. A diferença entre o valor apurado conforme o MCASP e a Lei 4.320/64 de R\$ 71.321.456,35 (R\$644.523.896,56- R\$541.190.086,22) é exatamente o valor de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2019 que passaram para o exercício de 2020.

O quadro dos ativos e passivos financeiros é utilizado para efetuar o cálculo do superávit ou déficit financeiro do exercício, e conforme o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, este valor é obtido pela diferença positiva (superávit) ou negativa (déficit) entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo financeiro	1.061.188.543,28	1.003.270.886,49
Passivo financeiro	169.725.848,47	232.715.261,79
Superávit	891.462.694,81	770.555.624,70



O Superávit ou Déficit Financeiro é demonstrado por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO”, onde podemos visualizar que houve superávit financeiro no exercício de 2019 na ordem de R\$891.462.694,81.

A apuração das variações patrimoniais pode ser visualizada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2019.

O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$422.669.306,44, ou seja, as variações aumentativas foram maiores do que as diminutivas influenciando diretamente no aumento do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Superávit no exercício de 2019.

Resultado Patrimonial do Período - 2019	
Total das VPAs	2.591.216.682,89
Total das VPDs	2.168.547.376,45
RESULTADO	422.669.306,44

O patrimônio líquido também sofre influencia dos Ajustes realizados no exercício de 2019 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$1.245.084,23 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influencia de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Superávit apurado na DVP de R\$422.669.306,44, alteraram o patrimônio em R\$423.914.390,67 positivamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$220.609.505,89 em 2018 para R\$644.523.896,56 em 2019 como reflexo do superávit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.



11 - As Contas de Compensação compreendem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos. Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniados ou contratados, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio e os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Providências em Relação aos Acórdãos Anteriores

a) **Rotinas de Conciliação Bancária (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – O Departamento de Contabilidade – DEC/SEMFAZ elaborou a Instrução Normativa 006/2019 que Normatiza os procedimentos de registros de receitas, despesas e movimentações financeiras para fins de elaboração da conciliação bancária das unidades da administração direta e indireta do Município, aprovada pelo Decreto nº 16.436, de 10 de dezembro 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – Nº 2606 de 11 de dezembro de 2019.

b) **Rotinas de Procedimentos Contábeis para Registros e Controle do Déficit Atuarial (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – O Município cumpre a legislação previdenciária, que entre outras obrigações determina a realização anual dos Cálculos Atuariais, cujo resultados estão registrados contabilmente, e inseridos em Notas Explicativas (Item: Provisões a Longo Prazo).

c) **Elaboração de Manual de Procedimentos Contábeis (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – No âmbito da legislação municipal há atos normativos que atendem parte dos itens consignados nesta ressalva, a exemplo do Decreto nº 15.035, de 26 de janeiro de 2018 que aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Fazenda, onde constam as atribuições do Departamento de Contabilidade e suas divisões, assim como, a Portaria 001/2013 que trata do encerramento mensal e outros cujo o controle são realizados pelas divisões responsáveis (ex. Divisão de Contabilidade Geral e Divisão de Demonstrativos e Prestação de Contas). Assim, o Departamento de Contabilidade, através da Divisão de Elaboração de Normas e Procedimentos Contábeis avaliará a necessidade e oportunidade de consolidar essas normas, bem como, elaborar as demais no Exercício 2020.

d) **Medidas de Redução do Impacto Déficit Atuarial (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – Em 27 de dezembro de 2010 foi sancionada a Lei Complementar nº 404 que dispôs sobre a alteração da Lei Complementar nº 227, de 10 de novembro de 2005, que trata do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Porto Velho, onde, resumidamente revoga o Título I da lei complementar anterior (LC nº 227/2005), reestruturando a Regime



Próprio de Previdência Social. No artigo 15 o Município constitui a Segregação de Massa, separando os segurados vinculados ao RPPS em dois grupos distintos denominados Plano Financeiro (Fundo Financeiro) e Plano Previdenciário (Fundo Capitalizado). Assim temos: a) **Regime Financeiro de Repartição Simples (Fundo Financeiro)** – Gerido pelo sistema de repartição simples, formado pelos servidores que ingressaram no Município até 10/12/2017 e b) **Regime Financeiro de Capitalização (Fundo Capitalizado)** – Gerido pelo sistema capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram no Município a partir 11/12/2017. Os recentes acompanhamentos atuariais, tem demonstrado a necessidade de adoção de medidas mitigatórias em relação ao déficit referente ao Fundo Financeiro sob pena de exaurir os recursos em curto intervalo de tempo. Nesse contexto, o Município adotou as seguintes providências:

- Instituiu através do Decreto nº 15.452, de 24 de setembro de 2018 Comissão de análise dos relatórios de Avaliações Atuariais dos Fundos de Previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Município, que apresentou as seguintes recomendações: a) **Doação de Terreno** (Efetivado – Lei nº 2.550, de 07 de dezembro de 2018); b) **Aporte Financeiro** (A Prefeitura irá realizar aportes financeiros em cumprimento a alínea “a”, § 1º, Art. 15 da Lei Complementar nº 404/2010; c) **Transferência de responsabilidade para o Município das despesas decorrentes de Auxílio Doença, Auxílio-Reclusão, Afastamento Maternidade e Salário-Família** (Efetivado a partir de novembro/2019); d) **Contratação de Serviços Atuariais** com assessoria constante (Efetivado a partir de Abril/2019) e e) **Transferência para o Fundo Financeiro da Economia da Taxa de Administração na ordem de R\$ 15 milhões** (Efetivado em Dezembro/2019);
- Instituiu através do Decreto nº 16.255, de 15 de outubro de 2019 Grupo de Trabalho com objetivo de promover estudos destinados a adequações legislativas e implementações de ações, com objetivo de atender as alterações da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que “Dispõe sobre regras gerais para organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdências social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, através da Lei nº 13.846/2019 (Em andamento, podendo destacar que já foi encaminhando ao legislativo o Projeto de Lei alterando as alíquotas de contribuição de 11% para 14% nos termos da Emenda Constitucional 103/2019).
- Instituiu através do Decreto nº 16.487, de 27 de Dezembro de 2019 Grupo de Trabalho visando o atendimento do disposto na alínea “a”, § 1º do art. 15, da Lei Complementar Municipal nº 404, de 27 de dezembro de 2010, com objetivo apurar e certificar eventual diferença entre a arrecadação das contribuições previdenciárias e o valor gastos com os benefícios e despesas de administração relativamente ao Fundo Financeiro, gerido pelo sistema de repartição simples e constituído pelo grupo de servidores admitidos até a data de 10 de dezembro de 2007, na forma da definida na legislação em referência no parágrafo anterior (Em andamento).

e) **Plano de Ação com vistas a promover a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do Município (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – A Secretaria Municipal de Fazenda, através da Subsecretaria da Receita Municipal protocolou junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCERO em 23/08/2019 o Ofício nº 169/SUREM/SEMFAZ/2019 contendo o Plano de Ação do órgão (ID 805558).



Luiz Henrique Gonçalves
Diretor do Departamento de Contabilidade

João Altair Caetano dos Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Boris Alexander Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município

Hildon de Lima Chaves
Prefeito